

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO 2013

OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO

REMOÇÃO

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO (P₁)

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva de seleção (P₁). Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O entusiasmo é a maior força da alma.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- Nas questões de 1 a 100, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Com base no Provimento n.º 37/2013 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo (CGJ/ES), assinale a opção correta a respeito da infração disciplinar praticada por determinado notário.

- A A penalidade de multa deve ser aplicada, se houver a perda da delegação.
- B De acordo com o referido provimento, o notário pode apenas ser repreendido.
- C A penalidade de perda da delegação só pode ocorrer se decorrer de sentença judicial transitada em julgado.
- D O afastamento preventivo do notário é vedado pelo princípio da presunção da inocência.
- E Considere que a infração praticada justifica a aplicação de multa. Nesse caso, se a multa aplicada ao notário não for paga no prazo de cinco dias, ela será convertida em suspensão por trinta dias.

QUESTÃO 2

Em Vitória – ES, a competência para ordenar o registro de títulos e documentos e de nomeações comerciais, quando houver necessidade de despacho, será do(a)

- A juiz de direito do cível.
- B vice-presidente do TJ/ES.
- C presidência do TJ/ES, originariamente.
- D corregedor geral da Justiça do Estado.
- E juizado especial cível.

QUESTÃO 3

A respeito do selo digital nos serviços notariais e de registro do estado do Espírito Santo, assinale a opção correta, com base no Provimento n.º 40/2011 da CGJ/ES.

- A O titular da serventia deverá pessoalmente solicitar o selo digital ao presidente do TJ/ES.
- B A utilização do selo digital é compulsória em todas as serventias do foro extrajudicial do estado.
- C Por meio da implantação do selo digital pela serventia do foro extrajudicial, é possível a isenção de certos tributos estaduais, independentemente de ato do governador do estado.
- D A implantação do selo digital pela serventia do foro extrajudicial possibilita a isenção dos tributos do município no qual está instalada.
- E Se um ato cartorial for cancelado, o selo digital poderá ser reutilizado, desde que conste o cancelamento anterior no portal do selo digital.

QUESTÃO 4

Considerando que, em atividade inspeccional, o juiz de direito competente tenha questionado a necessidade de expedição, pelo corpo de bombeiros, de alvará de funcionamento para a serventia extrajudicial do estado do Espírito Santo e a necessidade de cumprimento eventual de norma municipal que estabeleça o tempo de espera do usuário para atendimento na serventia, assinale a opção correta, com base no Provimento n.º 37/2013 da CGJ/ES.

- A As serventias extrajudiciais não necessitam de alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros, mas só estão obrigadas a cumprir eventual norma municipal que estabeleça tempo de espera se o presidente do TJ/ES expedir ato que determine seu cumprimento.
- B Por serem órgão público e não realizarem atividade econômica, as serventias extrajudiciais não necessitam de alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros, mas devem cumprir eventual norma municipal que estabeleça tempo de espera.
- C As serventias extrajudiciais necessitam de alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros e devem cumprir eventual norma municipal que estabeleça tempo de espera, independentemente de ato expedido pelo TJ/ES, determinando seu cumprimento.
- D As serventias extrajudiciais necessitam de alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros, mas, por serem órgão estadual, não precisam cumprir eventual norma municipal que estabeleça tempo de espera.
- E Por serem órgão público e não realizarem atividade econômica, as serventias extrajudiciais não necessitam de alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros, mas devem dispor de material de segurança contra incêndio. Por outro lado, por serem órgão estadual, não precisam cumprir eventual norma municipal que estabeleça tempo de espera.

QUESTÃO 5

Com relação aos notários e registradores, assinale a opção correta, com base no Código de Normas da CGJ/ES.

- A É vedado aos notários e registradores exercer suas funções, caso elas envolvam interesses de primos deles.
- B A oferta de serviços especiais das serventias nas páginas da Internet independe de autorização da corregedoria.
- C É direito do notário perceber metade dos emolumentos pelos atos praticados na serventia, pertencendo a outra parte ao TJ/ES.
- D O notário não pode suscitar dúvida diretamente à corregedoria sem antes suscitá-la perante o juiz competente.
- E A divulgação de qualquer informação de cunho comercial das serventias, em suas páginas da Internet, depende de prévia autorização da corregedoria.

QUESTÃO 6

No que tange às normas constitucionais reguladoras do Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- A** Compete aos estados instituir impostos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- B** Cabe a lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- C** Competem à União, em território federal, os impostos estaduais.
- D** É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar, mediante decreto, a alíquota do imposto de renda e proventos de qualquer natureza.
- E** O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, está sujeito exclusivamente à incidência do imposto sobre produtos industrializados.

QUESTÃO 7

Considerando as normas constitucionais a respeito de finanças públicas, assinale a opção correta.

- A** É vedado ao Banco Central do Brasil conceder, direta ou indiretamente, empréstimos a órgão ou entidade que não seja instituição financeira, exceto ao Tesouro Nacional.
- B** A Constituição Federal de 1988 (CF) determina que a emissão e o resgate de títulos da dívida pública sejam tratados por lei complementar.
- C** Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Congresso Nacional ao presidente da República, nos termos de lei complementar.
- D** O Banco Central do Brasil não poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- E** A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Tesouro Nacional.

QUESTÃO 8

Assinale a opção correta no que diz respeito à defesa do Estado e das instituições democráticas, conforme disposição constitucional.

- A** Permite-se a incomunicabilidade do preso na vigência do estado de defesa.
- B** Cessado o estado de sítio, seus efeitos poderão perdurar por até sessenta dias.
- C** A CF admite restrições ao direito de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica durante o estado de defesa.
- D** O presidente da República depende de autorização prévia para decretar o estado de defesa.
- E** Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Congresso Nacional.

QUESTÃO 9

A respeito do controle concentrado de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

- A** Se o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, deverá citar, previamente, o advogado-geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- B** O presidente da Câmara dos Deputados pode propor ação declaratória de constitucionalidade.
- C** Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em até noventa dias.
- D** Cabe ao STF processar e julgar, originariamente, ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.
- E** A arguição de descumprimento de preceito fundamental é o instrumento utilizado para declarar a compatibilidade de tratado internacional com as normas subconstitucionais do ordenamento jurídico doméstico.

QUESTÃO 10

No que se refere ao processo legislativo estabelecido na CF, assinale a opção correta.

- A** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com, pelo menos, 0,3% dos eleitores de cada um deles.
- B** É vedada a edição de medidas provisórias acerca de matéria relativa a direito tributário.
- C** O processo legislativo compreende, entre outros atos normativos, a elaboração de decreto-lei.
- D** A CF poderá ser emendada mediante proposta do ministro da Justiça.
- E** A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

QUESTÃO 11

Acerca de direitos políticos, assinale a opção correta.

- A** É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de vinte e um anos para vereador.
- B** O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a justiça federal no prazo de quinze dias contados da diplomação.
- C** O militar alistável que tiver menos de dez anos de serviço poderá ser eleito, contudo, deverá afastar-se da atividade exercida no serviço militar.
- D** O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- E** Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os brasileiros naturalizados e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

QUESTÃO 12

O crédito tributário regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para o pagamento, é denominado

- A indébito tributário.
- B parcela restituível.
- C restos a pagar.
- D dívida ativa.
- E juros de mora.

QUESTÃO 13

Em matéria tributária, são consideradas normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos

- A os decretos do Poder Legislativo.
- B as resoluções do Senado Federal.
- C os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- D as decisões judiciais transitadas em julgado.
- E as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas.

QUESTÃO 14

Com a finalidade de colmatar as lacunas normativas, a autoridade administrativa ou judicial competente para aplicar a legislação tributária utilizará

- A a equidade e a analogia, essa com a finalidade de exigir tributo não previsto em lei.
- B a analogia e a equidade que resulte na dispensa do pagamento de tributo devido.
- C os costumes, a equidade, a analogia e os princípios gerais de direito tributário.
- D os costumes, a equidade, os princípios gerais de direito público e os princípios gerais de direito tributário.
- E a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

QUESTÃO 15

Em relação ao imposto incidente sobre a propriedade territorial rural (ITR), assinale a opção correta.

- A O ITR incidirá sobre pequenas glebas rurais quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel, mas com alíquotas reduzidas.
- B As alíquotas do ITR serão progressivas, com o objetivo de desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- C O total do produto da arrecadação do ITR não é partilhado.
- D Os municípios ficarão com 50% do produto da arrecadação quando fiscalizarem e cobrarem o ITR.
- E A competência para a instituição do ITR é da União e dos municípios.

QUESTÃO 16

Acerca do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), assinale a opção correta.

- A A CF limita a progressividade do IPTU ao valor do imóvel.
- B O IPTU é considerado um tributo real, motivo por que não poderá ser progressivo.
- C O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel urbano.
- D A competência para a instituição do IPTU é dos municípios e da União no espaço territorial do Distrito Federal.
- E As alíquotas do IPTU não poderão ser diferentes em razão da localização e do uso do imóvel.

QUESTÃO 17

No processo legislativo, para a aprovação de lei complementar exige-se maioria absoluta. É exigida lei complementar

- A na instituição de normas especiais em matéria de legislação tributária.
- B na instituição da alíquota do imposto sobre a propriedade territorial rural.
- C na regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar.
- D na instituição da alíquota do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
- E na instituição da alíquota do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

QUESTÃO 18

No que se refere à aplicação da lei estrangeira, assinale a opção correta.

- A A lei do lugar de domicílio do estrangeiro se aplica aos bens móveis que o proprietário tiver consigo ou que se destinarem ao transporte para outros lugares.
- B A regra do estatuto pessoal é inaplicável às pessoas jurídicas.
- C Aplica-se a lei do domicílio do proprietário às relações de posse sobre bens imóveis.
- D A regra do estatuto pessoal define que a norma legal do lugar de nascimento do estrangeiro será observada quanto ao começo e ao fim da personalidade, ao nome, à capacidade e aos direitos de família.
- E O direito internacional público regula a matéria atinente à aplicação de lei estrangeira.

QUESTÃO 19

Uma pessoa colabora com a apuração de determinado crime e, depois, passa a ser ameaçada em razão desse fato. Nesse caso,

- A** o Ministério Público (MP) deverá, necessariamente, ser ouvido para a alteração do nome da pessoa.
- B** a hipótese de alteração de nome não se aplica-se a pessoa for a estrangeira domiciliada no Brasil.
- C** a alteração do nome dependerá sempre de autorização judicial, nesse e em todos os casos admitidos pela legislação.
- D** o ordenamento brasileiro impede a alteração do prenome dessa pessoa posto que livremente colaborou para a elucidação do crime.
- E** a averbação no registro de origem deverá conter o nome alterado, mesmo que o juiz autorize a alteração do nome da pessoa.

QUESTÃO 20

Assinale a opção correta com relação às normas atinentes às pessoas jurídicas e a suas diversas formas de organização.

- A** A massa falida, o espólio e o condomínio, por serem considerados entes despersonalizados, não podem ser considerados pessoas jurídicas.
- B** O cancelamento do registro civil da pessoa jurídica em processo de liquidação poderá ser promovido antes de encerrada a liquidação.
- C** As entidades sindicais, em regra, não se sujeitam ao mesmo regramento jurídico das associações.
- D** Os estatutos sociais das fundações deverão ser aprovados pelo MP, que, por isso, não tem a prerrogativa de elaborá-los diretamente.
- E** O registro civil da pessoa jurídica tem efeito retroativo para tornar válidos os atos praticados nos sessenta dias anteriores à assinatura dos documentos.

QUESTÃO 21

Levando-se em conta a anulabilidade do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A** É defeso às partes sanar o vício anulável, cabendo essa atribuição ao Poder Judiciário.
- B** O negócio jurídico anulável poderá ser reconhecido de ofício ou a pedido do MP.
- C** A decisão judicial que decreta a anulação de um ato jurídico produz efeito *ex tunc* em relação às partes.
- D** O reconhecimento da anulabilidade aproveita a todos os interessados, independentemente de a terem alegado.
- E** O negócio anulável está sujeito à conversão substancial em outro negócio cujos pressupostos tenham sido atendidos.

QUESTÃO 22

José outorgou a João uma escritura de compra e venda de imóvel e, dias depois, outorgou outra escritura referente ao mesmo imóvel a Maria, que, imediatamente, registrou a sua escritura, antes de João tomar uma iniciativa nesse sentido. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O registro efetivado em favor de Maria é nulo e não produz efeitos entre as partes nem perante terceiros.
- B** João só terá direito a ressarcimento por perdas e danos, consolidando-se a propriedade de Maria.
- C** O tabelião do cartório de registro de imóveis poderá, de ofício, anular o registro efetivado por Maria, caso tome conhecimento da escritura outorgada anteriormente a João.
- D** João poderá pedir judicialmente a anulação do registro do imóvel efetuado por Maria, independentemente de demonstrada a má-fé dessa adquirente.
- E** João poderá valer-se de medidas judiciais possessórias para resguardar o seu direito real sobre o imóvel.

QUESTÃO 23

No que concerne aos direitos reais de garantia, assinale a opção correta.

- A** Os sucessores do devedor poderão remir parcialmente a hipoteca na proporção de seus quinhões.
- B** São características dos direitos reais de garantia a sequela, a excussão e a indivisibilidade.
- C** A preferência a outros credores no pagamento das dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca restringe-se ao credor hipotecário.
- D** As garantias reais têm preferência em relação às despesas de condomínio incidentes sobre o imóvel.
- E** É possível a instituição de cláusula, por ocasião da constituição do débito, que autorize o credor pignoratício a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga na data do vencimento.

QUESTÃO 24

Determinado imóvel urbano está alugado e o locador deseja vendê-lo antes do prazo final do contrato de locação. Nesse caso,

- A** a preferência do locatário sobrepõe-se à do condômino, nos casos em que houver condomínio no imóvel.
- B** o direito de preferência incidirá sobre a totalidade dos bens que sejam objeto da alienação, no caso de haver alienação de mais de uma unidade imobiliária.
- C** o locador não tem legitimidade para o registro do contrato de locação com cláusula de vigência, em caso de alienação.
- D** o locatário deverá exercer seu direito de preempção no prazo de sessenta dias.
- E** o locatário preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante perdas e danos, independentemente de o contrato de locação ter sido averbado no cartório de imóveis antes da alienação.

QUESTÃO 25

Acerca de provas, depoimento pessoal e confissão, assinale a opção correta.

- A** Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a pretensão de reexame da legalidade da prova produzida não enseja recurso especial.
- B** O juiz pode determinar o comparecimento da parte à audiência, para depoimento pessoal, sob pena de desobediência.
- C** Em audiência, por intermédio de seu advogado, a parte pode formular perguntas a seu litisconsorte unitário.
- D** O advogado não pode prestar depoimento pessoal pelo cliente, mas pode confessar, desde que tenha procuração com poder especial para tanto.
- E** Transfere-se aos herdeiros do confitente o direito de propor ação anulatória para revogar confissão emanada de coação durante a pendência do processo em que foi feita.

QUESTÃO 26

Assinale a opção correta com relação a forma, prazos, comunicação e nulidade dos atos processuais.

- A** Qualquer das partes pode recorrer a fim de pleitear a anulação da sentença ilíquida, proferida a despeito de ter sido formulado pedido líquido e certo.
- B** Considera-se intempestivo o recurso se o advogado devolve os autos fora do prazo para interposição de recursos.
- C** A carta precatória não poderá ser apresentada a juízo diferente do que dela consta, a fim de praticar o ato.
- D** O juiz deprecado recusará cumprimento à carta precatória, entre outras situações previstas em lei, quando considerar ilegal ou inconstitucional o ato deprecado.
- E** Na citação por correio, são diferentes as exigências formais para a validade da citação de pessoa física e de pessoa jurídica.

QUESTÃO 27

Com relação a aspectos processuais do mandado de segurança, assinale a opção correta.

- A** O STJ é competente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais.
- B** Para que sejam cabíveis recursos especial e extraordinário contra acórdão não unânime em mandado de segurança, proferido em única instância pelos tribunais, deve haver prévia interposição de embargos infringentes.
- C** A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
- D** Para o *writ* preventivo, o prazo de 120 dias para impetração conta do fato que ensejou temor ao impetrante.
- E** Compete ao STJ processar e julgar mandado de segurança contra ato de ministro de estado na qualidade de presidente de órgão colegiado.

QUESTÃO 28

Acerca de processo cautelar, medidas cautelares e procedimentos cautelares específicos, assinale a afirmação correta.

- A** O despacho do juiz que determina a citação na ação cautelar preparatória não tem o condão de interromper o prazo prescricional referente à pretensão principal a ser futuramente exercida.
- B** A oposição de exceção de incompetência suspende o curso do processo e, portanto, o prazo para ajuizamento da ação principal após efetivação de medida liminar deferida em ação cautelar preparatória.
- C** Cessada por qualquer motivo a eficácia da medida cautelar, poderá a parte renovar o pedido se novamente estiver configurada a situação de *periculum in mora*, uma vez que não se forma coisa julgada no processo cautelar.
- D** O arresto atinge somente a posse do bem, de modo que este se mantém sob o domínio do proprietário, que, inclusive, poderá aliená-lo, sendo a compra válida em relação ao alienante e ao adquirente, mas ineficaz em relação ao processo de execução.
- E** O ajuizamento tardio da ação principal, depois de 30 dias da efetivação da medida, implicará a perda da eficácia da medida liminar, mas não a extinção do processo cautelar, pois cabe recurso.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta acerca da competência em direito processual civil.

- A** Regem a competência dos tribunais as normas do Código de Processo Civil e de organização judiciária.
- B** O reconhecimento da conexão não gera modificação de competência se um dos processos já tiver sido julgado.
- C** Excluído do feito o ente federal, cuja presença levou o juiz estadual a declinar da competência, deve o juiz federal suscitar o conflito, sendo incabível mera restituição dos autos.
- D** A presença da União na ação de usucapião especial afasta a competência do foro da situação do imóvel, deslocando a causa para a justiça federal.
- E** A decisão do juiz federal que exclui a União do processo não vincula a justiça estadual, a qual pode suscitar o conflito de competência em caso de discordância.

QUESTÃO 30

Assinale a opção correta com relação a petição inicial, resposta do réu e julgamento conforme o estado do processo.

- A** É requisito imprescindível da inicial a indicação dos fatos e dos fundamentos legais do pedido.
- B** Todas as objeções que incumbem ao réu alegar em contestação antes de pronunciar-se acerca do mérito podem ser conhecidas de ofício pelo juiz e serem alegadas em qualquer fase procedimental e grau de jurisdição.
- C** Concretizada a citação do último dos litisconsortes passivos, terá início o prazo comum para que se ofereçam suas respostas, incidindo, ainda, o benefício do prazo em dobro devido à pluralidade de réus.
- D** Não ocorre a preclusão consumativa quando, ainda no prazo da resposta, contestação e reconvenção são ofertadas, embora a reconvenção tenha sido entregue depois da contestação.
- E** Ao ser citado para responder recurso, o réu deve elaborar a resposta com manifestação precisa dos fatos narrados na inicial, pois é possível a reforma do julgado para que se dê como procedente o pedido.

QUESTÃO 31

A respeito de aspectos processuais da ação civil pública, assinale a opção correta.

- A** O STF tem competência originária para processar e julgar ações civis públicas em cujo polo passivo figurem autoridades com idêntica prerrogativa de foro em casos de crimes comuns.
- B** A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação com pagamento de dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, sendo inviável cumular os pedidos condenatório e cominatório na mesma ação.
- C** A abertura de inquérito civil pelo MP é condição preliminar ao ajuizamento da ação civil pública.
- D** O pedido de suspensão da execução da liminar em ação civil pública independe da prévia interposição de agravo e só pode ser formulado pelo MP ou pela pessoa jurídica de direito público interessada.
- E** A competência da justiça federal é absoluta, razão pela qual não se admite a prorrogação de processo de ação civil pública, por continência, para abranger ação civil pública em que ente federal não seja parte.

QUESTÃO 32

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** Ao adolescente que praticar ato infracional análogo ao tráfico de drogas deverá ser imposta a medida socioeducativa de internação.
- B** Em se tratando de procedimento para aplicação de medida socioeducativa, se o menor infrator confessar a prática do ato a ele imputado, será desnecessária a produção de outras provas.
- C** Para a decretação da regressão da medida socioeducativa, é desnecessária a oitiva do menor infrator.
- D** O instituto da prescrição penal não se aplica às medidas socioeducativas.
- E** Em regra, as ações conexas de interesse do menor infrator devem ser processadas e julgadas no foro do domicílio do detentor de sua guarda.

QUESTÃO 33

Em relação ao concurso de crimes, assinale a opção correta.

- A** Nos termos da teoria da realidade jurídica, a continuidade delitiva, dependente da unidade de delitos, constitui uma figura própria e destina-se a fins determinados, constituindo uma realidade jurídica e não uma ficção.
- B** Nos termos da teoria da unidade jurídica, a unidade delitiva é uma criação da lei, dada a existência de vários delitos.
- C** Conforme a teoria da unidade real, o instituto do crime continuado está fundado sobre uma ficção jurídica, resultante de uma transação entre a coerência lógica, a utilidade e a equidade.
- D** Nos termos da teoria objetiva, para a configuração do concurso de crimes, exige-se unidade de desígnios, uma programação inicial, com realização sucessiva, ou seja, unidade de resolução criminosa e homogeneidade de *modus operandi*.
- E** De acordo com a teoria subjetiva, que foi qualificada como absurdo lógico e dogmático, para a caracterização do crime continuado, não importam os aspectos objetivos das diversas ações.

QUESTÃO 34

No que concerne ao erro sobre os elementos do tipo e ao erro sobre a ilicitude do fato, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a teoria extremada do dolo, o dolo normativo é constituído de vontade, previsão e consciência atual da ilicitude e o erro jurídico-penal, ainda que evitável, exclui o dolo, diferenciando-se as consequências advindas do erro de tipo e do erro de proibição.
- B** A teoria limitada do dolo, que se equipa ao conhecimento atual da ilicitude a conduta incompatível com uma razoável concepção de direito ou de justo, presume o dolo e dá origem ao direito penal de autor.
- C** De acordo com a teoria dos elementos negativos do tipo, o erro nas determinantes putativas fáticas, considerado erro de proibição, exclui a culpa.
- D** Conforme a teoria extremada da culpabilidade, há erro de tipo permissivo quando o objeto do erro for pressuposto fático de uma causa de justificação.
- E** Conforme a teoria limitada da culpabilidade, recaindo o erro sobre as causas de justificação, a tentativa somente será punível se o erro for invencível.

QUESTÃO 35

Considerando o entendimento dos tribunais superiores a respeito dos crimes contra a pessoa, assinale a opção correta.

- A** Dada sua natureza, o crime de ameaça só se configura se o agente tiver ameaçado explicitamente a vítima.
- B** Havendo o dolo de matar, considera-se a relação sexual forçada e dirigida à transmissão do vírus da AIDS idônea para a caracterização do crime de periclitación contra a vida.
- C** Comprovado o *animus laedendi* na conduta do réu e a sua culpa no resultado mais grave, qual seja, a morte da vítima, ainda que esse resultado seja previsível, restará configurado o delito preterdoloso de lesão corporal seguida de morte.
- D** Aquele que, ao se omitir, provoca, culposamente, a exposição de outrem ao perigo, pratica o crime de omissão de socorro.
- E** Para a configuração do crime de calúnia, não é necessário que o réu saiba que a imputação por ele feita é falsa.

QUESTÃO 36

Acerca dos institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz, do arrependimento posterior e do crime impossível, assinale a opção correta.

- Ⓐ Configura-se a desistência voluntária caso o agente seja induzido a desistir no prosseguimento da execução criminosa por circunstâncias externas, sem as quais teria ele consumado a infração penal.
- Ⓑ Nos termos da teoria subjetiva, para a configuração do crime impossível, é necessário que o meio ou o objeto sejam ineficazes ou impróprios para a configuração da tentativa.
- Ⓒ Conforme a teoria objetiva pura, o agente deve responder pela tentativa se o meio ou o objeto são absolutamente inidôneos para que se alcance o resultado cogitado.
- Ⓓ Nos termos da lei, em se tratando do crime de furto qualificado pela destruição ou rompimento do obstáculo, não é possível a aplicação do instituto do arrependimento posterior.
- Ⓔ Configura-se a tentativa inadequada, nos termos da teoria objetiva matizada, no caso de o agente agir com vontade de praticar a infração penal, não importando se o meio ou o objeto são impróprios.

QUESTÃO 37

A respeito dos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme a teoria da *contrectatio*, o crime de furto consuma-se no momento em que o agente toca na coisa com a finalidade de subtraí-la, ainda que ele não consiga removê-la do local em que se encontra.
- Ⓑ Para a configuração do crime de furto, basta a existência do *animus furandi*, sendo desnecessário, portanto, o especial fim de agir.
- Ⓒ Dada a natureza do crime de furto, não há crime de furto por omissão.
- Ⓓ Para a configuração do emprego de chave falsa no crime de furto, considera-se a aparência do instrumento usado pelo agente.
- Ⓔ Para a configuração da tentativa de latrocínio, é necessária a comprovação de que a vítima sofreu lesão corporal, leve ou grave.

QUESTÃO 38

No que se refere aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em se tratando do crime de estupro de vulnerável, o consentimento da vítima ou o fato de ela já ter tido outra experiência sexual constituem causa legal de diminuição de pena.
- Ⓑ Ao crime de manutenção de casa de prostituição tem-se aplicado, majoritariamente, a teoria social da ação.
- Ⓒ A mediação para servir a lascívia de outrem, com o fim de lucro, denomina-se lenocínio questuário.
- Ⓓ O agente do crime de rufianismo ativo garante o seu sustento mediante a exploração de alguém que exerce a prostituição.
- Ⓔ Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor são tratados na lei como crimes hediondos somente se deles resultar lesão corporal de natureza grave ou morte.

QUESTÃO 39

Acerca dos princípios processuais penais e das regras aplicáveis à ação penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Dado o princípio da ampla defesa, em se tratando de crimes funcionais, constitui nulidade absoluta a ausência de intimação do denunciado para oferecimento de resposta preliminar, independentemente de instrução por inquérito policial.
- Ⓑ O fato de o juiz, quando do interrogatório judicial, não advertir o réu de seu direito constitucional ao silêncio importa nulidade absoluta, por violação aos princípios da não autoincriminação e da ampla defesa.
- Ⓒ Dados os princípios do contraditório e da ampla defesa, constitui nulidade a ausência de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto à rejeição da denúncia, ainda que lhe seja nomeado defensor dativo.
- Ⓓ O princípio da indisponibilidade da ação penal aplica-se tanto a ações penais privadas quanto a públicas.
- Ⓔ A aceitação do perdão fora do âmbito do processo deve constar de declaração assinada pelo querelado, por seu representante legal ou por procurador com poderes especiais, com firma reconhecida ou lavrada por instrumento público.

QUESTÃO 40

Com fundamento na jurisprudência dominante nos tribunais superiores, assinale a opção correta em relação à competência.

- Ⓐ Compete à justiça federal processar e julgar o agente acusado da prática de crime de falsificação de documento público emitido pela União, ainda que a pessoa efetivamente lesada com a suposta prática delituosa seja um particular.
- Ⓑ Compete à justiça federal processar e julgar os acusados da prática de delitos contra a propriedade intelectual.
- Ⓒ Compete à justiça estadual o julgamento dos acusados da prática de contravenções penais, ainda que praticadas em desfavor da União, de suas autarquias ou empresas públicas, salvo se houver conexão entre a prática da contravenção penal e a prática de delitos cujo agente deva ser julgado pela justiça federal, a quem caberá o julgamento de ambos os fatos.
- Ⓓ A competência do tribunal do júri prevista na CF prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente em constituição estadual.
- Ⓔ Compete à justiça militar processar e julgar militar pela prática, em serviço, do crime de abuso de autoridade.

QUESTÃO 41

Com base na Lei n.º 12.403/2011 e no entendimento jurisprudencial do STF a respeito de liberdade provisória, assinale a opção correta.

- A** As medidas cautelares legalmente previstas incluem, além da prisão, o comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades e a proibição de contato entre o sentenciado e pessoas que possam levá-lo a delinquir, ainda que essas pessoas não tenham relação com o fato que ensejou a decretação da medida.
- B** É possível a concessão de liberdade provisória ao indivíduo preso em flagrante por tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, mas não a concessão de fiança.
- C** A autoridade policial somente pode conceder fiança se o acusado não tiver empregado, quando da prática do delito, violência ou grave ameaça à pessoa e a pena mínima prevista para o delito por ele praticado não ultrapassar um ano de reclusão.
- D** Antes de decidir acerca do relaxamento da prisão, da concessão de liberdade provisória ou da conversão da prisão em preventiva, a autoridade judicial deverá dar vista do auto de prisão em flagrante ao MP.
- E** Não se admite a decretação da prisão preventiva de agente acusado da prática de crime doloso para o qual a pena mínima privativa de liberdade seja inferior a quatro anos.

QUESTÃO 42

No que se refere a provas e questões e processos incidentes, assinale a opção correta.

- A** O exame de corpo de delito, assim como as citações e as intimações, só pode ser realizado durante o dia.
- B** A hipoteca legal sobre os imóveis do réu somente poderá ser requerida após a audiência de instrução e se restarem confirmadas, nessa audiência, a materialidade e a autoria.
- C** Para formar sua convicção, o juiz pode apreciar livremente a prova produzida em contraditório judicial, mas não pode embasar-se nos elementos informativos colhidos durante a investigação policial.
- D** Arguida, por escrito, a falsidade do documento constante dos autos, o juiz deverá mandar autuar em apartado a impugnação e, em seguida, ouvir a parte contrária, que deverá oferecer resposta em até quarenta e oito horas, não podendo o magistrado proceder à verificação da falsidade de ofício, sob pena de suspeição.
- E** O exame de corpo de delito e outras perícias devem ser realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior, devendo, na falta de perito oficial, ser realizados por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica, entre as que tiverem habilitação técnica vinculada à natureza do exame.

QUESTÃO 43

Com base nas Leis n.ºs 9.099/1995 e 10.259/2001 e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** Havendo sentença homologatória referente a composição civil e transação penal, não será possível o prosseguimento da ação penal no caso de o acusado descumprir o acordo, por ter sido extinta a punibilidade.
- B** Conforme o disposto na Lei n.º 10.259/2001, se, devido às regras de conexão e continência, processos tiverem de ser reunidos perante o juízo comum ou o tribunal do júri, não será possível a aplicação, a esses processos, dos institutos despenalizadores do microsistema dos juizados especiais.
- C** Não sendo cabível recurso da decisão que rejeita a denúncia ou queixa no rito dos juizados especiais criminais, diante do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, resta ao querelante ou o MP, se desejarem discutir tal decisão, interpor mandado de segurança junto a turma recursal dos juizados especiais criminais.
- D** Em se tratando de ação penal privada submetida ao rito dos juizados especiais criminais, a transação penal deve ser oferecida pelo querelante, não sendo, portanto, um direito subjetivo do querelado, dado o princípio da disponibilidade da ação penal privada.
- E** A suspensão condicional do processo não pode ser aplicada se houver inquéritos policiais em curso contra o denunciado.

QUESTÃO 44

Em relação à sentença processual penal, assinale a opção correta à luz da legislação de regência e do entendimento jurisprudencial do STJ acerca da matéria.

- A** A sentença prolatada em procedimento sumaríssimo dos juizados especiais criminais, diversamente do que ocorre no juízo cível, deve ser precedida de relatório, conforme expressamente previsto na Lei n.º 9.099/1995.
- B** Tratando-se de ação penal pública, o juiz não pode, em sua sentença, reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas pelo MP.
- C** Conforme entendimento pacificado do STJ, por ter natureza de norma de direito material a disposição do Código de Processo Penal que determina ao juiz que fixe valor mínimo para reparação dos danos causados na sentença condenatória, seus efeitos retroagem, abrangendo situações anteriores à sua vigência.
- D** Se não modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, o juiz poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que tal alteração não resulte em majoração da pena.
- E** É cabível a suspensão condicional do processo tanto na sentença, caso o juiz desclassifique o delito, como na procedência parcial da pretensão punitiva, se preenchidos os requisitos relativos ao referido instituto.

QUESTÃO 45

Assinale a opção correta no que se refere a empresário, operações societárias e dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

- A Cisão é o processo pelo qual a sociedade transfere parcelas de seu patrimônio para duas ou mais sociedades preexistentes ou constituídas para tal fim.
- B A incorporação, fusão e cisão só podem ser operadas entre tipos societários iguais.
- C Embora o Código Civil determine a dissolução, de pleno direito, das sociedades limitadas pela decretação da falência, tal norma não condiz com a natureza da quebra que representa, apenas e tão somente, sua liquidação, sendo possível a continuação dos negócios uma vez pagos os credores.
- D A absorção de empresa individual por parte de sociedade implica típico processo de incorporação.
- E A personalidade jurídica do empresário individual e da sociedade empresária decorre da inscrição de seus atos no órgão de registro.

QUESTÃO 46

A Lei de Falências e Recuperação Judicial dispõe a respeito dos limites de incidência dos seus efeitos em relação ao tratamento conferido aos credores. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A A decretação da falência acarreta a necessária suspensão de todas as ações e execuções contra o falido bem como o lacramento do estabelecimento.
- B Os créditos derivados da legislação do trabalho, em sua totalidade, são classificados e pagos em primeiro lugar, iniciada a fase do pagamento.
- C A decretação da falência de sociedade de responsabilidade mista acarreta a falência de todos os seus sócios.
- D Embora a lei falimentar não abranja as instituições financeiras e as cooperativas de crédito, a falência poderá ser decretada no curso de intervenção ou liquidação extrajudicial, a pedido do interventor ou liquidante.
- E Os credores trabalhistas e fiscais sujeitam-se aos termos e condições de todos os tipos de recuperação judicial e extrajudicial.

QUESTÃO 47

Assinale a opção correta no que se refere a contratos bancários e contratos bancários impróprios.

- A Considere que um fiduciante tenha sido intimado por oficial do registro de imóveis em decorrência de mora relativa a alienação fiduciária em garantia de bem imóvel. Considere, ainda, que não tendo se verificado a purgação da mora no prazo, o oficial tenha certificado esse fato. Nessa situação, o oficial deverá promover, imediatamente, a averbação, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário, diante da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão *inter vivos*.
- B O mútuo bancário distingue-se do mútuo civil pela participação de instituição financeira como mutuante e, principalmente, pela ausência de limitação dos juros bancários.
- C É vedada a utilização de transmissão eletrônica para a efetivação do contrato de desconto bancário.
- D O termo de quitação do contrato de *leasing* dispensa o carimbo de liquidada ou sem efeito na nota promissória vinculada ao contrato e emitida pelo arrendatário, se houver.
- E No contrato de seguro, caso se verifique sinistro enquanto o segurado estiver em mora, admite-se o pagamento de indenização, tão logo seja purgada a mora.

QUESTÃO 48

Credores empresários que apresentam dificuldades financeiras podem requerer, em juízo, a homologação de plano de recuperação judicial. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A Será deferida a recuperação extrajudicial, desde que 50% deles sejam signatários do plano.
- B A sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial constitui título executivo judicial.
- C Na hipótese de não homologação do plano de recuperação extrajudicial, o devedor não poderá apresentar novo pedido.
- D É vedada, em qualquer circunstância, a inclusão de credor por adiantamento de contrato de câmbio para a exportação no plano de recuperação extrajudicial.
- E O plano de recuperação extrajudicial que incluir credor proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis deverá conter a descrição dos bens dados em garantia.

QUESTÃO 49

No que concerne às cédulas de crédito comercial, industrial e rural, assinale a opção correta.

- A A aplicação de crédito decorrente da operação de empréstimo para atividade comercial ou de prestação de serviços deverá ser acompanhada do necessário orçamento.
- B É anulável a inscrição de cédula de crédito garantida por alienação fiduciária, da qual constem bens que sejam objetos de uma mesma garantia em cédula inscrita anteriormente.
- C Para a emissão de nova cédula, os bens onerados por penhor cédular não podem ser objeto de nova garantia enquanto a anterior não for paga.
- D As cédulas de crédito comercial são títulos de crédito representativos de operações de empréstimo concedidas por instituições financeiras a pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade comercial ou de prestação de serviços, aplicando-se, subsidiariamente, as normas relativas às cédulas de crédito rural.
- E A cédula de crédito industrial, representativa de financiamento à atividade industrial, deverá fazer menção ao orçamento a ela vinculado.

QUESTÃO 50

Acerca dos princípios gerais dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- A Defesas com base em exceções pessoais podem ser opostas, pelo sacado, em letra de câmbio, a partir de sua emissão.
- B O título de crédito será tido como inválido caso se verifique que um dos coobrigados cambiais seja absolutamente incapaz.
- C O endossante que, em ação regressiva, efetuar o pagamento de título de crédito pode acionar seu endossatário para haver dele aquilo que pagou.
- D A ação intentada contra um dos coobrigados não impede que outros sejam acionados, mesmo os posteriores àquele que foi acionado em primeiro lugar.
- E Em face do princípio da literalidade, é inválido o aceite ou o aval dado em documento separado.

QUESTÃO 51

No que se refere aos efeitos da intervenção ou liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

- A** Se forem objeto de contrato de alienação, de promessa de compra e venda e de cessão de direito, os bens cujos instrumentos tenham sido levados ao competente registro público anteriormente à data da decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial serão atingidos pela indisponibilidade de bens.
- B** Decretada a intervenção ou a liquidação extrajudicial, o interventor ou o liquidante deverá comunicar ao registro público competente a indisponibilidade de bens, ficando a autoridade competente autorizada, apenas, a fazer transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos ou particulares.
- C** É vedado aos oficiais dos registros de imóveis e demais competentes proceder ao registro de cessão de ativo a terceiros, ou qualquer forma de organização ou reorganização da sociedade para continuação geral ou parcial do negócio ou atividade da liquidanda.
- D** A indisponibilidade de bens na liquidação extrajudicial não impede a alienação de controle, cisão, fusão ou incorporação da instituição submetida aos regimes de intervenção, liquidação extrajudicial ou administração especial temporária.
- E** A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, a suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não impedindo, no entanto, que quaisquer outras sejam intentadas, enquanto durar a liquidação.

QUESTÃO 52

O MP ajuizou ação civil por improbidade administrativa contra prefeito e contador, devido à contratação deste por aquele, sem a realização de prévia licitação. O MP registrou que ambos foram condenados criminalmente pela prática do ato doloso de fraude à licitação, tipificado no art. 90 da Lei n.º 8.666/1993, com decisão já transitada em julgado, reconhecendo, contudo, que os serviços foram efetivamente prestados e pagos em conformidade com a média do mercado. O MP caracterizou os atos de improbidade como atentatórios aos princípios da administração pública. Os pedidos foram julgados procedentes e foi acolhida a tipificação proposta pelo MP.

Com base nessa situação, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** O MP é parte ilegítima para a propositura da referida ação, uma vez que o próprio município tem o dever de zelar por seu patrimônio, sendo a parte legítima para a propositura da ação de improbidade descrita.
- B** Para a condenação de réu por ato de improbidade na modalidade sob análise, basta a configuração do dolo genérico de praticar conduta que atente contra os princípios da administração pública.
- C** É cabível a ação civil pública por improbidade contra o prefeito, conforme recente entendimento do STF.
- D** Caso seja imposta multa cível e os réus faleçam antes de pagá-la, a obrigação de pagar transmite-se aos sucessores dos réus, até o limite do valor da herança.
- E** A ação não poderá tramitar no primeiro grau de jurisdição, haja vista o privilégio de foro dos prefeitos.

QUESTÃO 53

No que se refere a serviços públicos, sua delegação e seus usuários, assinale a opção correta com base na legislação de regência, na doutrina de referência e na jurisprudência do STJ.

- A** Entre os aspectos considerados na fixação da equação econômico-financeira do contrato de concessão inclui-se o prazo de duração.
- B** À concessionária de serviços públicos essenciais exige-se o fornecimento de serviço continuado, sendo vedada por lei a interrupção desse serviço por inadimplência do usuário.
- C** O sistema de regulação dos serviços públicos de titularidade do Estado prestados de forma indireta é incompatível com o sistema de proteção e defesa do consumidor, aplicado mediante o Código de Defesa do Consumidor.
- D** É desnecessária a realização de licitação, caso a concessão de serviços públicos seja atribuída à entidade integrante da administração indireta.
- E** A instituição de tarifa de serviço público sujeita-se ao princípio da estrita legalidade.

QUESTÃO 54

Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta considerando a doutrina de referência.

- A** O construtor particular de obra pública responde objetivamente por atos lesivos, na qualidade de delegado do poder público.
- B** Não cabe responsabilização objetiva pelos atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário e do Legislativo.
- C** A ação regressiva não pode ser intentada contra herdeiros de servidor culpado, dado se fundar em ato ilícito atribuído ao *de cuius*.
- D** De acordo com a superada teoria da culpa administrativa, cabe ao particular comprovar a culpa subjetiva do servidor público, a fim de obter indenização por danos paga pela fazenda pública.
- E** Para que haja responsabilidade civil do Estado em caso de depredação por multidões, é necessário comprovar a culpa da administração.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta no que se refere a licitações com base na legislação de regência, na doutrina de referência e na jurisprudência do STJ.

- A** A revogação do procedimento licitatório induz à do contrato.
- B** Os competidores têm direito a conhecer o resultado da licitação antes de sua homologação, razão pela qual devem ser ouvidos em contraditório, caso a administração decida revogar o certame.
- C** Caso, em procedimento licitatório, todas as propostas sejam desclassificadas por estar acima do valor de mercado, a administração poderá contratar diretamente com terceiro, desde que este apresente proposta mais vantajosa.
- D** Para participar em tomada de preço, o licitante não cadastrado prescinde de preencher todos os requisitos para o cadastramento, bastando que atenda às condições para a habilitação no certame.
- E** Na escolha da modalidade de licitação para contratos de duração continuada, deve-se considerar o preço do serviço no período efetivamente contratado, e não o valor por eventual prorrogação.

QUESTÃO 56

Com base na interpretação doutrinária do direito administrativo, assinale a opção correta no que diz respeito ao poder de polícia.

- Ⓐ A discricionariedade, um dos atributos do poder de polícia, apresenta-se em maior ou menor grau em todos os atos administrativos que externam o exercício desse poder.
- Ⓑ A limitação administrativa, mesmo que advinda de normas gerais e abstratas, decorre do poder de polícia propriamente dito.
- Ⓒ Uma das formas de extinção da servidão administrativa é a prescrição, incorrida em decorrência da não utilização.
- Ⓓ O tombamento é ato administrativo de poder de polícia que, se incidido sobre imóveis, deve ser averbado ao lado da transcrição do domínio no registro de imóveis.
- Ⓔ Em sentido restrito, o poder de polícia constitui-se de atos do Poder Legislativo e do Executivo bem como consiste na atividade estatal que visa a condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses coletivos.

QUESTÃO 57

Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta à luz da interpretação doutrinária do direito administrativo.

- Ⓐ Devido ao princípio da intranscendência das penas, na CF não é atribuída aos encarregados do controle interno responsabilidade solidária em relação às ilegalidades que deixarem de denunciar.
- Ⓑ O controle externo não é uma decorrência da titularidade da competência administrativa, mas sim uma competência específica e diferenciada cuja instituição concreta decorre diretamente da CF.
- Ⓒ A competência fiscalizatória do Poder Legislativo destina-se, em regra, a aferir a regularidade jurídico-formal dos atos administrativos, podendo, excepcionalmente, assumir feições políticas.
- Ⓓ Órgão dotado de competência específica de controle interno é investido de superioridade hierárquica sobre os demais, haja vista que é o responsável por detectar as irregularidades e realizar as necessárias punições.
- Ⓔ De acordo com a CF, o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário devem manter, de forma integrada, um sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

QUESTÃO 58

No que se refere aos meios de controle judicial do ato administrativo, assinale a opção correta com base na legislação de regência, na doutrina de referência e na jurisprudência do STJ.

- Ⓐ O descumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança configura crime de desobediência, podendo configurar, ainda, crime de responsabilidade.
- Ⓑ A fim de garantir maior eficácia à ação popular, pacificou-se o entendimento de que esta pode ser ajuizada com base em notícias de jornal, remetendo-se a produção de prova para a fase de instrução.
- Ⓒ A reclamação dirigida contra ato de autoridade administrativa por inobservância de súmula vinculante não constitui meio de controle judicial de ato administrativo, uma vez que versa sobre ato jurisdicional.
- Ⓓ O demandante pode pleitear mediante um mesmo *habeas data* o conhecimento de informações sobre ele existentes em registros governamentais ou acessíveis ao público bem como a retificação de eventuais incorreções constantes desses registros.
- Ⓔ Para que seja cabível mandado de segurança, o ato impetrado deve ser vinculado, haja vista que esse remédio jurídico serve para assegurar direito líquido e certo fundado em prova preconstituída.

QUESTÃO 59

Uma guerra civil que se estende no tempo, marcada por extrema brutalidade e denúncia de utilização de armas químicas, torna ainda mais instável e dramático o atual cenário do Oriente Médio, até mesmo pelos interesses de grandes potências em jogo na região. Essa guerra, que coloca em campos opostos opositores e defensores do governo de Bashar al-Assad, torna ainda mais difícil a vida na

- Ⓐ Síria.
- Ⓑ Palestina.
- Ⓒ Turquia.
- Ⓓ Jordânia.
- Ⓔ Faixa de Gaza.

QUESTÃO 60

Globalização é o termo normalmente utilizado para denominar o atual estágio da economia mundial, resultado de um longo processo histórico que, nascido no início da Idade Moderna, com a expansão comercial e marítima europeia, consolidou-se com a universalização da Revolução Industrial. As principais características da ordem global contemporânea incluem

- Ⓐ a abundante circulação de capitais não especulativos pelos mercados financeiros, o que protege as economias emergentes.
- Ⓑ o desenvolvimento científico e as incessantes inovações tecnológicas, os quais aumentam a capacidade de produção dos países.
- Ⓒ o protecionismo, defendido enfaticamente pelos agentes econômicos mundiais, de economistas a empresários.
- Ⓓ o uso crescente de mão de obra não especializada e de baixa qualificação como forma de redução dos custos.
- Ⓔ a ausência do poder público nas negociações de fundo comercial e financeiro que envolvem os diversos países.

QUESTÃO 61

Sua criação significou a superação de históricas divergências e animosidades entre países. Apesar das inúmeras dificuldades ao longo do processo de sua formação, o número de seus integrantes ampliou consideravelmente e a moeda adotada pela maioria de seus membros mantém-se de pé. Em 2012, ganhou o prêmio Nobel da Paz. Trata-se da

- A União Sul-Africana.
- B Organização Mundial do Comércio.
- C Organização das Nações Unidas.
- D União dos países exportadores de petróleo.
- E União Europeia.

QUESTÃO 62

Em cartórios abrangidos pelo conceito de registros públicos, admite-se o registro da

- A empresa simples e da ata condominial.
- B propriedade artística e da ata condominial.
- C propriedade artística e da patente.
- D patente e da sociedade por ações.
- E empresa simples e da sociedade por ações.

QUESTÃO 63

Admite-se a averbação de contratos, conforme a destinação destes, nos ofícios de registro

- A de contratos marítimos, de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas e de distribuição de protesto.
- B de contratos marítimos, de imóveis, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas e de distribuição de protesto.
- C de contratos marítimos, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas, e de distribuição de protesto.
- D de imóveis, de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas e de distribuição de protesto.
- E de contratos marítimos, de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas.

QUESTÃO 64

Consoante as regras de escrituração estabelecidas na Lei n.º 6.015/1973, quando um livro, no registro de pessoas físicas, for identificado como 1-A,

- A esse livro deve destinar-se ao registro de casamentos em cartório e aos casamentos religiosos com efeitos civis.
- B o próximo livro deve ser identificado como 2-B.
- C o próximo livro deve ser identificado como 2-A.
- D o próximo livro deve ser identificado como 1-B.
- E esse livro deve destinar-se apenas ao registro de casamentos em cartório.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta no que diz respeito à divulgação, pelos profissionais que atuam no registro público, de informações de caráter sigiloso.

- A O tabelião ou registrador, ao divulgar a informação de caráter reservado, está atentando contra a ética profissional, mas não desrespeitando a lei.
- B A violação do sigilo de informações reservadas configura descumprimento de dever legal, mas não está sujeita a qualquer punição.
- C O sigilo violado de informações reservadas configura fato sujeito à punição, apesar de não configurar expresse descumprimento de dever imposto aos notários e aos registradores.
- D A violação do sigilo de informações reservadas configura descumprimento de dever imposto aos notários e aos registradores, estando sujeita a punição.
- E A informação dada ao tabelião ou registrador, apesar de ser reservada, ainda que de modo informal e sem ter de constar de ato notarial ou registral, passa a ter natureza pública.

QUESTÃO 66

Ao fixar os emolumentos cartorários para 2014, o estado do Espírito Santo deverá

- A considerar a quantidade de atos que são praticados anualmente.
- B definir um valor que corresponda ao custo efetivo médio de cada ato.
- C levar em conta a obtenção de lucro em todas as serventias.
- D considerar a quantidade de serventias de mesma natureza existentes no estado.
- E definir um valor específico fixado para cada espécie de ato, relativamente aos atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro.

QUESTÃO 67

Ao criar uma página na Internet, o tabelião do estado do Espírito Santo

- A poderá apresentar o endereço físico e o *email* da serventia, bem como a qualificação do titular, dos substitutos e dos escreventes.
- B tem plena liberdade de expressão, pois o conteúdo das páginas da Internet não está sujeito ao controle da CGJ/ES.
- C não poderá identificar os atos que possam ser praticados no cartório sob sua responsabilidade, sob pena de punição por propaganda indevida.
- D não poderá divulgar a tabela de emolumentos, que somente poderá ser afixada na própria serventia.
- E poderá fazer propaganda comercial de outros serviços, mas não de seus próprios serviços.

QUESTÃO 68

No que concerne a fatos e atos jurídicos e suas implicações no registro civil das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- A** O óbito de determinado indivíduo, ocorrido em município diverso do de seu nascimento, deverá ser anotado em livro especial, com expressa menção a esse fato.
- B** A declaração de ausência e de morte presumida deverá ser anotada nos registros de nascimento e de casamento, a requerimento escrito dos interessados, e assinada por duas testemunhas.
- C** As emancipações promovidas por pais e por tutores poderão ser registradas mediante requerimento verbal ou escrito dos representantes legais.
- D** A emancipação e a interdição são anotadas em remissões recíprocas nos assentos de nascimentos e de casamento.
- E** O MP tem legitimidade para determinar a averbação e anotação em registro civil destinado à mudança do nome de indivíduo transexual, desde que essa seja fundada em procedimento administrativo, instaurado mediante inquérito civil público.

QUESTÃO 69

A respeito de nacionalidade e de registro público, assinale a opção correta.

- A** A Lei de Registros Públicos e a Constituição Federal vigente adotam o sistema misto de determinação de nacionalidade originária, ao privilegiar o local do nascimento da pessoa, critério territorial, e a sua descendência, aspecto sanguíneo.
- B** O registro civil de estrangeiro naturalizado brasileiro deverá conter expressa referência ao ato jurídico que o determinou e aos impedimentos ao exercício profissional relativos a categorias profissionais, essas definidas em decreto do Ministério da Justiça.
- C** O ordenamento jurídico brasileiro adota o sistema de atribuição de nacionalidade originária, determinada pelo estado em que nasceu o indivíduo, relativizando a nacionalidade dos genitores.
- D** O sistema brasileiro de determinação da nacionalidade originária consagra o critério absoluto do *ius sanguinis*, de modo que é considerado brasileiro apenas o filho de um indivíduo assim registrado.
- E** O filho de brasileiro ou brasileira nascido fora do território nacional deverá pleitear, para o reconhecimento da naturalização ou da naturalidade secundária, a declaração em sede de procedimento de jurisdição voluntária.

QUESTÃO 70

Em relação ao registro de pessoas naturais, assinale a opção correta.

- A** A certidão de adoção de adolescente será fornecida aos representantes legais, em requerimento escrito e fundamentado, observando-se a proteção do sigilo.
- B** A retificação do registro civil por erro ou defeito verificado em momento posterior só poderá ser efetuada em cumprimento de sentença.
- C** A Lei de Registros Públicos, no título concernente ao registro civil de pessoas naturais, prefigura rol taxativo, ou exaustivo, de registros e averbações.
- D** A adoção de pessoa maior de dezoito anos será registrada mediante escritura pública, na presença de duas testemunhas.
- E** A averbação de ato extrajudicial consensual que dissolve a adoção de pessoa maior e capaz deverá ser realizada com as remissões recíprocas, no assento de nascimento e no de casamento, se a pessoa for casada.

QUESTÃO 71

No que tange aos efeitos, no Brasil, dos fatos e atos jurídicos ocorridos e celebrados no exterior, assinale a opção correta.

- A** O filho de brasileiro, nascido no exterior, deverá, dentro do prazo decadencial de quatro anos, depois de atingida a maioridade civil, requerer opção de nacionalidade derivada, perante a justiça federal.
- B** Na hipótese de ajuizamento de impugnação à concessão de nacionalidade derivada, eventual diligência judicial de verificação de livro ou documento deverá ser precedida de intimação pessoal, por mandado judicial, do oficial do registro, para a apresentação dos livros em juízo.
- C** As alterações posteriores ao registro realizado pelo consulado brasileiro em país estrangeiro serão admitidas, desde que as anotações sejam subscritas pelos interessados e por duas testemunhas, em virtude dos princípios do saneamento e do aproveitamento dos atos registrais.
- D** A testemunha para os assentos de registro civil de pessoa natural, em sede de repartição consular em país estrangeiro, deve satisfazer as condições exigidas pela lei civil, que admite, para exercer esse mister, o parente, em qualquer grau, do registrado.
- E** O casamento de brasileiro, celebrado em país estrangeiro, perante a autoridade consular, deverá ser registrado em cento e vinte dias, a contar do retorno, ao Brasil, de pelo menos um dos cônjuges, no cartório do respectivo domicílio ou do município em que passarem a residir, sob pena de invalidade do ato no território nacional.

QUESTÃO 72

Suponha que uma pessoa brasileira do sexo masculino, nascida em 6/9/1973, depois de submetida a tratamentos médicos e psicológicos, realizou cirurgia de mudança de sexo na Espanha, onde deixou dois filhos havidos com uma romena, não registrados perante a autoridade consular. Suponha, ainda, que, em retorno ao Brasil, iniciou união estável com outra pessoa do sexo masculino, há três anos. Em face dessa situação hipotética e considerando a legislação vigente aplicada ao caso, assinale a opção correta.

- A A conversão da união estável em casamento é inviável, enquanto não for editada norma legal autorizadora de casamento entre pessoas do mesmo sexo.
- B A adoção de criança, deferida em sentença constitutiva proferida pela Vara de Infância e Juventude do local do domicílio dos dois conviventes e do menor, será averbada pelos interessados nos respectivos assentos de nascimento.
- C Os filhos ilegítimos nascidos na Espanha só poderão postular a declaração do vínculo de filiação paterna perante o registro civil do local do nascimento.
- D No caso de apresentação pelo interessado que mudou de sexo, para registro público, de requerimento escrito instruído com certidões negativas nas justiças comum e federal, em que postule a alteração do nome masculino para o nome feminino, o registrador deverá anotar a modificação pretendida no respectivo assento de nascimento e, se houver, no de casamento.
- E A lavratura de escritura de união estável entre os dois conviventes é possível, no período firmado pelas partes, com o estabelecimento de regime de bens.

QUESTÃO 73

Acerca da interdição, do idoso e de sua proteção pela Lei de Registros Públicos, assinale a opção correta.

- A O cartório do último domicílio do ausente, declarado por sentença, é competente para a alienação de bens imóveis do ausente, observada a melhor avaliação apresentada por três imobiliárias.
- B O oficial de registro público tem o dever de anotar, de ofício, no assento de nascimento e, se houver, no de casamento do idoso, a existência de incapacidade civil decorrente de enfermidade psíquica comprovada por relatórios médicos, como forma de preservar os interesses e direitos patrimoniais do idoso.
- C Se a pessoa interdita completar a idade de setenta anos, o notário deverá cassar, liminarmente, a procuração e a autorização outorgadas, expedindo-se as devidas comunicações ao juízo competente.
- D A sentença que decreta a interdição tem efeito *erga omnes* e deve ser observada pelos poderes públicos, admitindo-se, entretanto, a relativização pelo oficial de registro para a realização de negócio jurídico de compra e venda de imóvel, desde que o interdito seja assistido pelo curador, com base em documento médico inequívoco de reversão dos motivos que determinaram a interdição.
- E O registro das sentenças declaratórias de ausência, que nomearem curador, será feito no cartório do domicílio anterior do ausente, nos moldes da sentença de interdição, com inclusão de requisitos específicos, como o tempo de ausência até a data da sentença.

QUESTÃO 74

Em relação à união estável e a sua conversão em casamento perante o registro civil das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- A Os impedimentos para o casamento obstam a declaração de união estável e sua conversão em casamento e podem ser reconhecidos de ofício pelo registrador, ou podem ser opostos por qualquer pessoa.
- B A ausência de homologação de partilha de bens adquiridos em união estável anterior mantida pelo interessado e ex-convivente, como causa suspensiva do matrimônio, impede a conversão da união estável em casamento.
- C A conversão de união estável em casamento deverá reger-se, sem exceção, pelo sistema legal da comunhão parcial de bens.
- D Deverão constar do assento de conversão de união estável em casamento a data de início, o período ou a duração da convivência informal.
- E É inviável a lavratura de escritura pública de requerimento de declaração de reconhecimento de união estável, formulado perante o oficial do registro, por uma pessoa casada, mas que esteja separada consensualmente.

QUESTÃO 75

No que se refere à lavratura de uma escritura, é facultada a coleta de assinatura fora da serventia do tabelionato de notas

- A em qualquer situação, desde que dentro do limite territorial da serventia.
- B excepcionalmente, desde que se alegue motivo de força maior.
- C excepcionalmente, desde que por motivo justificado.
- D em qualquer situação, desde que apenas o próprio tabelião a promova.
- E em qualquer situação, desde que o próprio tabelião ou seu substituto a promovam.

QUESTÃO 76

Suponha que determinado banco comercial remeta a um tabelionato minuta de escritura pública de compra e venda, sendo o comprador cliente do referido banco, que financiará a operação, e a minuta diferente das de mesma natureza utilizadas pelo tabelião. Nessa situação, em conformidade com as normas da CGJ/ES, o tabelião

- A deve acolher a minuta de escritura comumente usada em sua serventia, desde que aprovada pelas partes.
- B pode revisar a minuta de escritura enviada pelo banco, mas não rejeitá-la.
- C pode revisar a minuta de escritura enviada pelo banco ou rejeitá-la.
- D pode rejeitar a minuta de escritura enviada pelo banco, mas não revisá-la.
- E deve acolher a minuta de escritura enviada pelo banco, desde que aprovada pelas partes.

QUESTÃO 77

De acordo com as normas da CGJ/ES, as escrituras devem ser lavradas em livro específico, sendo permitido o desdobramento dos livros de escrituras em subespécies, a exemplo do livro de

- A contratos sociais.
- B compromisso de compra e venda.
- C divórcio.
- D inventário.
- E hipotecas e penhores.

QUESTÃO 78

Suponha que os interessados em uma escritura pública de compra e venda compareçam ao cartório para a lavratura do documento, tendo faltado apenas a mulher do vendedor, com quem ele é casado em regime de comunhão universal. Nessa situação hipotética, em conformidade com as normas da CGJ/ES, no prazo de trinta dias que se seguem, enquanto a mulher do vendedor não assinar a escritura, o documento será classificado como

- A incompleto e o tabelião, ao extrair traslado dele a pedido de qualquer das partes, deverá apor, no preâmbulo, a expressão escritura incompleta.
- B inválido e o tabelião, ao extrair traslado dele a pedido de qualquer das partes, deverá apor, no preâmbulo, a expressão escritura inválida.
- C inexistente, e o tabelião, ao extrair traslado dele a pedido de qualquer das partes, deverá apor, no preâmbulo, a expressão minuta de escritura.
- D incompleto, não podendo o tabelião extrair traslado dele a pedido de qualquer das partes.
- E inexistente, não podendo o tabelião extrair traslado dele a pedido de qualquer das partes.

QUESTÃO 79

Consoante as normas da CGJ/ES, é permitido ao tabelião de notas autenticar

- A cópias autenticadas por outra serventia.
- B fax.
- C vias carbonadas de notas fiscais.
- D cópias de fax.
- E impressos extraídos da Internet sem certificação digital.

QUESTÃO 80

Assinale a opção correta acerca da escritura pública de inventário e partilha.

- A Essa espécie de escritura não é aplicável ao caso em que exista um único herdeiro maior e capaz.
- B Exige-se, para a lavratura desse documento, a assistência de advogado indicado por instrumento público específico.
- C O advogado que figurar, na escritura, como assistente pode, também, comparecer como procurador, desde que de uma única parte.
- D Dado o caráter simplificado dessa espécie de escritura, a descrição dos imóveis urbanos e rurais pode ser feita de forma resumida, não se fazendo, portanto, distinção entre as descrições dos dois tipos de imóveis.
- E Esse tipo de escritura dispensa a indicação de herdeiro com os poderes de inventariante.

QUESTÃO 81

Em relação ao imposto sobre heranças e doações, assinale a opção correta conforme o disposto na CF e o entendimento do STF.

- A Em caso de bens móveis, esse imposto pode ser cobrado pelo estado no qual o inventário esteja sendo processado, ainda que os bens estejam situados em outro estado da Federação.
- B Para a cobrança desse imposto, é indispensável a existência de lei complementar federal que defina seus fatos geradores.
- C Em razão da competência para a instituição desse imposto, é necessária a edição de lei complementar estadual que defina seus fatos geradores.
- D Dada a competência para a instituição desse imposto, é necessária a edição de lei municipal que defina seus fatos geradores.
- E Em se tratando de imóvel, a cobrança desse imposto compete ao município em que estiver situado o bem.

QUESTÃO 82

Suponha que seja criado, em município com apenas um tabelionato de protesto, novo tabelionato de mesma natureza. Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 9492/1997,

- A a distribuição dos títulos deverá ser feita por meio de um serviço instalado e mantido pelos próprios tabeliões de protesto do município.
- B a distribuição dos títulos deverá ser feita por meio de um serviço instalado e mantido pelo Sindicato dos Notários e Tabeliões.
- C deverá ser criado, juntamente com o tabelionato, um ofício distribuidor.
- D a distribuição dos títulos poderá ser feita por meio de um serviço instalado e mantido pelos próprios tabeliões de protesto ou por ofício distribuidor, mediante ato da corregedoria.
- E a distribuição dos títulos deverá ser feita por meio de um serviço instalado e mantido pela totalidade dos tabeliões do município.

QUESTÃO 83

Caso seja apresentado título para protesto em moeda estrangeira, emitido fora do Brasil e acompanhado de tradução realizada por tradutor público juramentado, deve o tabelião

- A** registrar o título, com sua descrição e tradução e, em caso de pagamento, exigir que este seja efetuado em moeda nacional, no valor do câmbio da data de apresentação do documento para protesto.
- B** registrar o título, com sua descrição e tradução e, em caso de pagamento, exigir que este seja efetuado em moeda estrangeira.
- C** registrar o título, com sua descrição e tradução e, em caso de pagamento, exigir que este seja efetuado em moeda nacional, no valor do câmbio do dia do pagamento.
- D** registrar o título, com sua descrição e tradução e, em caso de pagamento, exigir que este seja efetuado em moeda nacional, no valor do câmbio do dia da intimação do devedor.
- E** rejeitar o título.

QUESTÃO 84

O pagamento regular, em cartório, de título apresentado para protesto pressupõe a inclusão, no valor pago, além do valor original do título,

- A** da correspondente correção monetária apenas, caso prevista, visto que as despesas e os emolumentos devem ser pagos pelo credor.
- B** da correspondente correção monetária, e, ainda, dos emolumentos e das despesas cartorárias.
- C** dos emolumentos e das despesas cartorárias.
- D** da correspondente correção monetária, caso prevista, e dos emolumentos.
- E** da correspondente correção monetária, caso prevista, e das despesas cartorárias.

QUESTÃO 85

Suponha que a lei determine que o prazo para aceite de certo título seja de trinta dias a partir da data de sua emissão, desde que enviado a aceite até quinze dias a partir de sua emissão, e que o título prescreva em três anos após seu vencimento. Suponha, ainda, que determinado título submetido a essas características tenha sido emitido em 7/10/2013, com vencimento para 7/12/2013, e que tenha sido enviado para aceite em 8/10/2013. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei n.º 9.492/1997.

- A** Se, até o prazo mínimo de 7/11/2013, o devedor não aceitar o título, o credor pode promover o protesto por falta de aceite, até 7/12/2016.
- B** Se, até o prazo mínimo de 6/11/2013, o devedor não aceitar o título, o credor pode promover o protesto por falta de aceite, até 7/12/2013.
- C** Se, até o prazo mínimo de 6/11/2013, o devedor não aceitar o título, o credor pode promover o protesto por falta de pagamento, até 7/12/2016.
- D** Se, até o prazo mínimo de 7/11/2013, o devedor não aceitar o título, o credor pode promover o protesto por falta de pagamento, até 7/12/2016.
- E** Se, até o prazo mínimo de 6/11/2013, o devedor não aceitar o título, o credor pode promover o protesto por falta de aceite, até 7/12/2016.

QUESTÃO 86

Suponha que um devedor receba duplicata para aceite e retenha o título, não procedendo à sua devolução dentro do prazo legal. Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na Lei n.º 9.492/1997, o protesto poderá ser embasado

- A** nas indicações da duplicata, que se limitarão a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacado ao tempo da emissão da duplicata, sendo vedadas as exigências de quaisquer formalidades que não estejam previstas na lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.
- B** na segunda via da duplicata, que se limitará a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacador ao tempo da emissão da duplicata, sendo permitidas outras exigências formais que o tabelião entenda necessárias, além das previstas na lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.
- C** na segunda via da duplicata, que se limitará a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacado ao tempo da emissão da duplicata, sendo permitidas outras exigências formais que o tabelião entenda necessárias, além das previstas na lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.
- D** na segunda via da duplicata, que se limitará a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacado ao tempo da emissão da duplicata, sendo vedadas as exigências de quaisquer formalidades que não estejam previstas na lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.
- E** nas indicações da duplicata, que se limitarão a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacador ao tempo da emissão da duplicata, sendo vedadas as exigências de quaisquer formalidades que não estejam previstas na lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.

QUESTÃO 87

Caso determinado título tenha sofrido endosso translativo e, depois, apresentado a protesto pelo credor originário, eventual cancelamento do protesto ocorrerá por solicitação

- A** do credor originário ou do endossatário, bastando apresentação de cópia do documento protestado.
- B** de qualquer interessado, desde que apresente o próprio documento protestado, ou declaração de anuência do credor originário ou do endossatário.
- C** do endossatário apenas, desde que apresente declaração de anuência do credor originário.
- D** de qualquer interessado, mediante apresentação de cópia do documento protestado.
- E** do credor originário apenas, desde que apresente o próprio documento protestado.

QUESTÃO 88

De acordo com a Lei n.º 9.492/1997, o fornecimento de certidões diárias com a relação de protestos constitui

- A** obrigação atribuída aos tabeliães de protesto, podendo as referidas certidões ser fornecidas aos órgãos de proteção ao crédito e às entidades representativas da indústria e do comércio.
- B** faculdade conferida aos tabeliães de protesto, podendo as referidas certidões ser fornecidas aos órgãos de proteção ao crédito e aos órgãos de imprensa.
- C** obrigação atribuída aos tabeliães de protesto, podendo as referidas certidões ser fornecidas aos órgãos de proteção ao crédito e às instituições financeiras.
- D** faculdade conferida aos tabeliães de protesto, podendo as referidas certidões ser fornecidas aos órgãos de proteção ao crédito e às entidades representativas do comércio.
- E** faculdade conferida aos tabeliães de protesto, podendo as referidas certidões ser fornecidas aos órgãos de proteção ao crédito e às instituições financeiras.

QUESTÃO 89

Acerca do registro de imóveis estabelecido na Lei n.º 6.015/1973, assinale a opção correta.

- A** Nada obsta o registro, no mesmo dia, de títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel, haja vista o princípio da prioridade.
- B** A escrituração do protocolo incumbirá tanto ao oficial titular quanto ao seu substituto legal, podendo ser feita, ainda, por escrevente auxiliar, mediante autorização do oficial titular ou do seu substituto legal.
- C** O número de ordem determinará a prioridade do título, a qual, por sua vez, determinará a preferência dos direitos reais, salvo se apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente.
- D** O título de natureza particular apresentado em uma só via será arquivado em cartório e o oficial fornecerá, a pedido, certidão do título.
- E** Em caso de permuta, e encontrando-se os imóveis na mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob dois números de ordem no protocolo.

QUESTÃO 90

Acerca de cédulas de crédito rural e comercial, assinale a opção correta.

- A** As cédulas de crédito comercial podem ser sacadas ainda que fora de uma circunstância ou pressuposto fático que a lei estabeleça.
- B** A impenhorabilidade conferida ao bem dado em garantia na cédula de crédito rural pode ser relativizada após a vigência do contrato de financiamento.
- C** Não são nulas as garantias, reais ou pessoais, prestadas por terceiros em cédula de crédito rural hipotecária sacada por pessoa física.
- D** O reconhecimento, por decisão judicial, de alongamento de dívida de cédula de crédito rural implica a suspensão do processo de execução.
- E** Não serão registradas cédulas de crédito rural nas quais seja permitida a capitalização mensal dos juros, ainda que pactuada independentemente da data de emissão do título.

QUESTÃO 91

A respeito do bem de família convencional, assinale a opção correta.

- A** O bem de família convencional não poderá ser instituído por terceiro por ato *inter vivos*.
- B** Se o patrimônio do casal for um único imóvel, o bem não poderá ser instituído.
- C** O referido bem poderá ser instituído por pessoa solteira sem prole.
- D** O bem de família convencional, após registrado e não impugnado, alcança dívidas anteriores inadimplidas.
- E** A instituição desse bem poderá ser efetuada por escritura particular se o bem já estiver registrado.

QUESTÃO 92

A respeito de compromisso irrevogável de compra e venda, alienação fiduciária, Sistema Financeiro da Habitação (SFH), tombamento e remição do imóvel hipotecado, assinale a opção correta.

- A** O contrato, de que for parte a entidade integrante do SFH que promoverá o empreendimento, poderá ser celebrado por instrumento particular, que terá caráter de escritura pública, ainda que não tenha sido escrito e assinado por notário.
- B** Após o registro no cartório de imóveis, os bens tombados em razão do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis na história do Brasil, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, são inalienáveis.
- C** A remição da hipoteca, que compete ao próprio devedor, ao credor da segunda hipoteca e ao adquirente do imóvel hipotecado, requer o pagamento integral da dívida cujo imóvel foi dado em garantia.
- D** Em se tratando de bem imóvel, a alienação fiduciária em garantia só poderá ser celebrada se o bem estiver concluído.
- E** Os compromissários-compradores possuem direito à adjudicação compulsória do imóvel, desde que registrado o contrato no ofício de imóveis.

QUESTÃO 93

A respeito da matrícula no registro imobiliário, assinale a opção correta.

- A** O registro de penhora ou de sequestro de imóvel em cumprimento de mandado judicial prescinde de matrícula do imóvel para efetivar-se.
- B** Caso tenha sido instituída servidão sobre parte de um imóvel, deverá ser aberta matrícula para registrá-la, visto que se trata de outra modalidade de direito real.
- C** Ainda que mais de um lote seja vendido a uma pessoa, que efetiva uma única escritura pública, será efetuada uma matrícula para cada lote.
- D** Impede a abertura de matrícula o fato de haver registro anterior do imóvel em circunscrição diversa, ainda que o oficial possa basear-se em elementos constantes do título apresentado.
- E** Pelo princípio da melhor individuação da coisa, deverá constar da matrícula indicação de rua que não conste do registro anterior.

QUESTÃO 94

Acerca da escrituração em relação ao registro imobiliário, assinale a opção correta.

- A** Na escrituração do livro de registro geral, é necessário constar a profissão do proprietário pessoa física.
- B** Na escrituração do livro de protocolo, não é necessário constar a natureza formal do título.
- C** Na escrituração do livro registro auxiliar, são registrados os contratos de locação urbana.
- D** O livro indicador real deve apresentar o resumo de todos os registros efetuados no cartório.
- E** O livro indicador pessoal deve conter os nomes que constam nas matrículas dos imóveis.

QUESTÃO 95

A respeito do sistema de financiamento imobiliário e dos contratos imobiliários, assinale a opção correta.

- A** O STJ firmou o entendimento de que é possível a utilização da taxa referencial na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao SFH.
- B** De acordo com o STJ, não há limitação legal à taxa de juros remuneratórios prevista na Lei de Usura no contrato de financiamento imobiliário vinculado ao sistema de carteira hipotecária livre.
- C** De acordo com entendimento pacificado no STJ, a capitalização mensal de juros remuneratórios é admissível nos contratos de financiamento imobiliário.
- D** O STJ firmou entendimento no sentido de que é ilegal responsabilizar os mutuários finais pelos resíduos dos saldos devedores existentes.
- E** O entendimento jurisprudencial do STJ se pacificou no sentido de que não se aplica o Código de Defesa do Consumidor aos contratos regidos pelas regras do SFH.

QUESTÃO 96

Acerca de escrituração, assinale a opção correta, de acordo com a Lei de Registros Públicos.

- A** As associações, constituídas mediante escritura pública ou testamento, devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas.
- B** A personalidade civil das fundações inicia-se após aprovação pelo MP, sendo mera formalidade o registro do seu ato constitutivo.
- C** Todas as sociedades civis que se revestem das formas estabelecidas nas leis comerciais devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas.
- D** Para adquirirem personalidade jurídica, os atos constitutivos dos sindicatos devem ser inscritos no registro civil de pessoas jurídicas.
- E** Havendo dúvida acerca da licitude de uma associação, o oficial de registro negará sumariamente a sua inscrição.

QUESTÃO 97

Acerca de penalidades, escrituração e ordem do serviço, assinale a opção correta.

- A** Para a matrícula de empresas noticiosas é exigido, além da designação da sede da administração, o nome, idade, residência e nacionalidade do redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.
- B** As empresas de radiodifusão que, embora estejam matriculadas no registro civil de pessoas jurídicas, não contenham na sua matrícula os nomes e as qualificações do proprietário, são consideradas clandestinas.
- C** Para efeito de registro, é facultativa nos estatutos a indicação do modo pelo qual se administra e representa a associação de forma ativa ou passiva.
- D** Para o registro civil das fundações, devem ser informados os nomes dos instituidores e dos membros da diretoria com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada um.
- E** A falta de matrícula das oficinas impressoras acarreta inexistência legal da sociedade civil.

QUESTÃO 98

Assinale a opção correta em relação a escrituração, transcrição e averbação dos títulos e documentos.

- A** Se no mesmo registro ou averbação figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, será lavrado um único indicador em nome do primeiro beneficiário, fazendo-se referência, na coluna das anotações, aos demais interessados.
- B** Feita e conferida a transladação, na última linha, de maneira a não ficar espaço em branco, deve-se realizar seu encerramento. Depois disso, o oficial, seu substituto legal ou escrevente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente, na hipótese de afastamento do primeiro, a rubricará.
- C** O oficial de registro de títulos e documentos deve manter um livro com indicador pessoal, o qual será dividido alfabeticamente para a indicação do nome de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registros e deverá conter, além dos nomes das pessoas, referências aos números de ordem e páginas dos outros livros e anotações.
- D** Os livros de registro para escrituração das várias espécies de atos contêm trezentas folhas e, em caso de afluência de serviços, o oficial de registro poderá realizar seu desdobramento sem prejuízo da unidade do protocolo e de sua numeração em ordem rigorosa.
- E** Quando da realização do registro integral de documentos, o oficial de registro deve reparar erros de ortografia e de pontuação do texto original, a fim de dar maior clareza e correção ao registro efetivado.

QUESTÃO 99

Considere que, no Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da comarca de Vitória/ES, tenha sido apresentado instrumento de cessão de direitos redigido em língua estrangeira, em caracteres não comuns. Diante dessa situação, assinale a opção correta.

- A** Os documentos poderão ser registrados de forma resumida, mesmo que não haja tradução do referido documento.
- B** O oficial de registro de títulos e documentos da comarca de Vitória/ES deverá negar o registro do documento, uma vez que a competência de registro de cessão de direitos é do registro de imóveis.
- C** Havendo tradução juramentada, será possível realizar o registro no original, para efeito de sua conservação, produzindo-se efeitos legais no país, bem como em relação a terceiros.
- D** O referido documento poderá ser registrado para fins de conservação ou perpetuidade, mas não surtirá efeitos perante terceiros, ainda que haja tradução juramentada.
- E** Os documentos originais não poderão ser registrados, ainda que para conservação ou perpetuidade.

QUESTÃO 100

Em relação às notificações e ao cancelamento dos títulos, assinale a opção correta.

- A** As notificações e demais diligências podem ser realizadas por escrevente designado pelo oficial e autorizadas pelo juiz competente.
- B** O cancelamento de título é sempre certificado na coluna das averbações do livro respectivo, não podendo o oficial de registro realizar novo registro destinado ao cancelamento de um título.
- C** Somente o credor da obrigação pode pleitear o cancelamento do registro de débito ou obrigação por ele registrada ou averbada.
- D** O cancelamento do registro do título somente poderá ser realizado mediante autorização judicial.
- E** O oficial de registro deverá avaliar, mediante o requerimento do apresentante, a necessidade de proceder à notificação do registro ou da averbação aos demais interessados que figurarem no título apresentado.